



## INFORMAÇÃO PRÉVIA – OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Req. – 01.01.04

### IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

N.º DE CONTRIBUINTE

NOME COMPLETO

MORADA / SEDE

CÓDIGO POSTAL

FREGUESIA

TELEF./TELEM.

FAX

E-MAIL

B.I. / CARTÃO DO  
CIDADÃO

NA QUALIDADE DE

Proprietário

Outra

### IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO PRÉDIO

NOME COMPLETO

MORADA/SEDE

CÓDIGO POSTAL

FREGUESIA

TELEF./TELEM.

FAX

E-MAIL

B.I. / CARTÃO DO  
CIDADÃO

N.º DE  
CONTRIBUINTE

### IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

PRÉDIO DESCRITO NA  
C.R.P. SOB O N.º

FREGUESIA

MORADA

QUANDO ABRANGIDA POR OPERAÇÃO DE  
LOTEAMENTO INDICAR O PROCESSO

### Objeto do Requerimento

Vem requerer a V.Ex.<sup>a</sup>, ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, informação prévia sobre a viabilidade de realização da operação urbanística de:  
(Discriminar conforme artigo 2.º do RJUE)

bem como, sobre os respetivos condicionamentos legais ou regulamentares, nomeadamente relativos a infraestruturas, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, índices urbanísticos, cêrceas, afastamentos e demais condicionantes aplicáveis à pretensão.

- Mais solicita, caso a área objeto de intervenção não se encontre abrangida por plano de pormenor ou operação de loteamento, informação específica nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 14.º do RJUE.
- Solicita, ainda, a indicação das entidades que, ao abrigo da lei, devam emitir parecer, autorização ou aprovação, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 9.º do RJUE.

Antecedentes:

Processo/s Ref.<sup>a</sup>:

Autorizo que as comunicações efetuadas ao longo do presente procedimento sejam processadas através de telefone ou correio eletrónico acima mencionado, nos termos do n.º 1, do artigo 63.º do CPA.

## DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DE RECOLHA, UTILIZAÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

**DECLARO** prestar por este meio, para os efeitos previstos no disposto nos artigos 6.º, n.º 1, alínea a), 9.º, n.º 2, alínea a) e 13.º do Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral Proteção de Dados), o meu **consentimento expresso para a recolha, utilização e tratamento dos meus dados pessoais**, constantes do presente requerimento e dos documentos necessários à instrução do mesmo e que por minha vontade informei/fornei, ao Município do Montijo, pessoa coletiva n.º 502 834 846, responsável pelo tratamento de dados, com sede na Rua Manuel Neves Nunes de Almeida, 2870-352 Montijo, no exercício das atribuições e competências previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e demais legislação atributiva de competências às autarquias locais, com a estrita finalidade identificada neste requerimento, e durante o período de tempo que durar este processo, sem prejuízo das normas previstas no Regulamento Arquivístico das Autarquias Locais à data vigente que define os prazos de conservação administrativa aplicável à documentação produzida e recebida pelas autarquias locais no âmbito das suas atribuições e competências, salvo no caso de, por minha vontade ou por motivo de força maior, deixarem de estar reunidas as condições necessárias para prossecução do meu processo/requerimento/pretenção administrativa, sendo que, neste último caso, os referidos dados poderão ser conservados para efeitos de investigação científica ou histórica ou fins estatísticos, sem limite temporal, desde que anonimizados, pseudonimizados ou cifrados de forma a deixarem de revestir a natureza de dados pessoais para os efeitos da lei.

**MAIS DECLARO permitir**, sem prejuízo do atrás exposto, ser contactado pelo Município do Montijo por carta ou ofício, por expedição de correspondência postal para a morada identificada no processo, SMS, e-mail, telefone ou qualquer outra plataforma eletrónica ou digital, bem como **AUTORIZO** e fico ciente da necessidade/possibilidade, em razão da natureza do processo, do envio dos meus dados, designadamente, às entidades seguintes: Autoridade Tributária, Segurança Social, Tribunais, Agentes de Execução de Penhoras, Cartórios Notariais Privados, Advogados, Diversos Subcontratados, SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, Seguradoras, Sindicatos, Casas Abrigo, Escolas e Agrupamentos escolares, Juntas de Freguesia, Entidades Formadoras, Instituições Públicas, Redes Sociais.

Tomei conhecimento de que a falta de consentimento para o tratamento dos meus dados pessoais inviabilizará a análise, instrução e decisão do meu processo/requerimento/pretenção administrativa.

O Município do Montijo garante a confidencialidade deste processo e bem assim da documentação recebida e as informações transmitidas pelo(s) requerente(s) que serão utilizados unicamente no âmbito do referido neste processo e dentro dos limites estritamente necessários para assegurar o bom processamento e análise do requerido.

Os dados pessoais cujo tratamento se autoriza pela presente declaração não poderão servir para quaisquer fins de comercialização direta ou outros de natureza comercial, incluindo a definição de perfis ou para quaisquer outras decisões automatizadas e poderão ser objeto de portabilidade nos termos do artigo 20.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O Município do Montijo compromete-se, no âmbito do processo apresentado, a cumprir o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, bem como na demais legislação aplicável designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenham tido acesso ou que lhes sejam transmitidas no âmbito deste processo, sem que para tal tenha sido expressamente autorizada, comprometendo-se a utilizá-los exclusivamente para finalidades determinantes de recolha, abstendo-se de qualquer uso fora do contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros. Para mais informação está disponível no sítio da internet do município a Política de Privacidade e Tratamento de Dados.

**DECLARO AINDA**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 13.º a 22.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, ter tomado conhecimento do direito a retirar o meu consentimento relativamente ao tratamento efetuado dos meus dados pessoais, à oposição à continuação de tratamento dos meus dados pessoais, a solicitar ao responsável pelo tratamento de dados pessoais o acesso aos mesmos, bem como a respetiva retificação ou apagamento, incluindo o exercício do “direito a ser esquecido”, a apresentar queixa à Comissão Nacional de Proteção de Dados, obtendo, para o efeito, junto do Município do Montijo os contactos da mesma, a ser informado(a), a pedido, sobre as finalidades do tratamento, as categorias dos dados envolvidos, a identidade dos destinatários a quem tenham sido divulgados e o período de conservação dos meus dados pessoais, e o direito de consulta, acesso, retificação, atualização ou eliminação dos meus dados pessoais.

Para o exercício dos direitos dos titulares dos dados acima identificados, o Município do Montijo designou um Encarregado de Proteção de Dados cujo endereço eletrónico e morada são, respetivamente, os seguintes: [dpo@mun-montijo.pt](mailto:dpo@mun-montijo.pt), Rua Manuel Neves Nunes de Almeida, 2870-352 Montijo.

Pelo exposto, **DECLARO** para efeitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados, ter tomado pleno conhecimento e compreendido devidamente os direitos que me assistem relativamente aos meus dados pessoais e o teor completo da presente declaração tendo prestado livremente e de forma esclarecida o meu consentimento.

Montijo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

O requerente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do requerente ou de outrem a seu rogo, se o mesmo não souber ou não puder assinar.

ENTRADA		
PREENCHER PELOS SERVIÇOS	ENTRADA N.º	<input type="text"/>
	DATA	<input type="text"/>
	REQUERIMENTO	<input type="text"/>
	PROCESSO	<input type="text"/>
	O FUNCIONÁRIO	<input type="text"/>

INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS	DESPACHO
A PREENCHER PELOS SERVIÇOS	A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

## INFORMAÇÃO PRÉVIA

### ELEMENTOS A APRESENTAR COM O Req - INFORMAÇÃO PRÉVIA – OBRAS DE EDIFICAÇÃO

Req. 01.01.04

Documentos instrutórios do requerimento de informação prévia sobre a viabilidade de realização de operação urbanística de **OBRAS DE EDIFICAÇÃO** de acordo com o estipulado no Anexo I, Capítulo I e Capítulo II, n.º 9 da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Edital n.º 242/2018, de 1 de março de 2018 e demais legislação específica abaixo referida:

#### DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

- Certidão da descrição de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial;  
ou  
Quando prédios omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais;  
E ainda  
Documento(s) comprovativo(s) da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente de um dos documentos anteriores.
- Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município.
- Levantamento topográfico, à escala 1:200, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano).
- Projeto de edificação:
  - Memória descritiva de acordo com o n.º 5 do Capítulo I, do Anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, a qual deve conter:
    - a) Área objeto do pedido;
    - b) Caracterização da operação urbanística;
    - c) Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
    - d) Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;
    - e) Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
    - f) Programa de utilização das edificações, incluindo a área a afetar aos diversos usos;
    - g) Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis;
  - Peças desenhadas de acordo com o n.º 4 do Capítulo I e n.º 9 do Capítulo II, do Anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, as quais devem conter:
    - a) Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais, contendo, quando existam, as alterações na via pública;
    - b) Plantas à escala 1:500 ou superior, definindo a volumetria, alinhamento, altura da fachada e implantação da edificação, dos muros de vedação e das construções anexas;
    - c) Planta das infraestruturas locais e ligação às infraestruturas gerais;
    - d) Indicação da localização e dimensionamento das construções anexas, incluindo alçados a uma escala 1:500 ou superior, para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 4 do artigo 4.º do RJUE;
- Termo de responsabilidade de técnico legalmente habilitado a subscrever projetos que ateste que a execução das obras de edificação se conforma com o disposto no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua atual redação;
- Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º;
- Suporte digital dos elementos instrutórios de acordo com artigo 15.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Edital n.º 242/2018 de 1 de Março de 2018 e com o Anexo II da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

**DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUANDO HAJA LUGAR A CEDÊNCIAS PARA ESPAÇOS VERDES E/OU EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA**

- A memória descritiva deve conter as áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos;
- Planta com a definição das áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas viárias, acompanhada de quadros com as medições das áreas respetivas.

**DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS QUANDO SE TRATE DE OBRAS DE ALTERAÇÃO, RECONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU EXISTAM EDIFÍCIOS ADJACENTES**

- Fotografias do imóvel.

*Normas e procedimentos na submissão e apreciação de projetos deverão ser consultadas no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - Edital n.º 242/2018 de 1 de março de 2018.*

**Nota:** Todas as plantas e extratos terão que ser apresentados em originais emitidos há menos de 1 ano.